



**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf RICARDO FERREIRA ROCHA

**Importância da manutenção de uma tropa da Força
Terrestre Brasileira em Operações de Paz para a
Doutrina Militar Terrestre**



Rio de Janeiro
2021



Maj Inf RICARDO FERREIRA **ROCHA**

Importância da manutenção de uma tropa da Força Terrestre Brasileira em Operações de Paz para a Doutrina Militar Terrestre

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Ten Cel Inf NORBERTO VILAS BÔAS HENNEMANN

Rio de Janeiro
2021

R672i Rocha, Ricardo Ferreira

Importância da manutenção de uma tropa da Força Terrestre Brasileira em Operações de Paz para a Doutrina Militar Terrestre. / Ricardo Ferreira Rocha — 2021.

65 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Norberto Vilas Bôas Hennemann.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

Bibliografia: f. 63-65.

1. DOCTRINA MILITAR TERRESTRE. 2. OPERAÇÕES DE PAZ. 3. MINUSTAH.
I. Título.

CDD 355.4

Maj Inf RICARDO FERREIRA **ROCHA**

Importância da manutenção de uma tropa da Força Terrestre Brasileira em Operações de Paz para a Doutrina Militar Terrestre

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em ___ de _____ de 2021.

COMISSÃO AVALIADORA

Murilo da Silva **Guerra** – Ten Cel Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Marlos de **Mendonça** Corrêa – Ten Cel Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Norberto Vilas Bôas **Hennemann** – Ten Cel Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa, por ser a grande inspiração da minha vida; ao meu filho, verdadeiro presente do Senhor dos Exércitos, e aos meus pais, pelos exemplos de dedicação à família.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo cuidado em cada detalhe de minha vida, por me guiar em cada passo e por me livrar de todos os males.

À minha família, em especial à minha esposa Pollyana Rocha, pelo apoio, incentivo, carinho e compreensão em todos os momentos, sendo fundamental no sucesso da conclusão deste trabalho.

Aos meus pais, pela dedicação integral, desde o meu primeiro dia de vida, pelo exemplo e pela referência de ser humano.

Ao Exército Brasileiro, pelas oportunidades de vivência nacional e internacional, experiências que tanto me engrandecem como ser humano.

“Há um planejamento, e temos que colocar em prática. Eu dou o ritmo, de forma mais rápida ou menos. Mas temos que andar pra frente, a coisa tem que ter dinamismo.” (General de Divisão Carlos Alberto dos Santos Cruz)

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 - As dimensões do ambiente operacional terrestre.....	34
Figura 2 - Espectro dos conflitos.....	35
Figura 3 - Fatores determinantes das capacidades.....	36
Figura 4 - Planejamento baseado em capacidades.....	38
Figura 5 - Mapa com a distribuição geográfica dos C Mil.....	42
Quadro 1	45
Quadro 2	46
Foto 1 - Fachada do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil.....	48
Foto 2 - Batalhão de Infantaria de Força de Paz na MINUSTAH.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AOR	Área Operacional de Responsabilidade
BRABAT	Batalhão Brasileiro no Haiti
BRAENGCOY	Companhia de Engenharia de Força de Paz
CAAdEx	Centro de Avaliação e Adestramento do Exército
CA-Leste	Centro de Adestramento-Leste
CCOE	Centro de Excelência para Cooperação Civil-Militar da OTAN
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CF	Constituição Federal
Cia Fuz F Paz	Companhia de Fuzileiros de Força de Paz
CIDDR	Curso Integrado de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
CIMIC	Centro de Coordenação Civil-Militar
CIOPaz	Centro de Instrução de Operações de Paz
CMA	Comando Militar da Amazônia
CML	Comando Militar do Leste
CMN	Comando Militar do Norte
CMNE	Comando Militar do Nordeste
CMS	Comando Militar do Sul
CMSE	Comando Militar do Sudeste
CMT	Capacidade Militar Terrestre
CO	Capacidade Operativa
COTER	Comando de Operações Terrestres
CPAEB	Estágio de Preparação e Avaliação de Militares do Exército Brasileiro para Missões de Paz
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DMT	Doutrina Militar Terrestre
DOAMEPI	Doutrina, Organização (e/ou processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura
DOP	Destacamento de Operações Psicológicas
DOPaz	Destacamento de Operações de Paz
DPKO	Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas
DPO	Departamento de Operações de Paz da ONU
EAOP	Estágio Avançado de Operações de Paz
EB	Exército Brasileiro
EBOP	Estágio Básico de Operações de Paz
ECEME	Escola de Comando e Estado Maior do Exército
ELROP	Estágio de Logística de Reembolso em Operações de Paz
EME	Estado Maior do Exército
EPC	Estágio de Proteção de Civis
EPCAAI	Estágio de Preparação de Civis para Atuação em Ambientes Instáveis

EPCOEM	Estágio de Preparação para o Comandante e o Estado-maior Combinado
EPCOSUPEL	Estágio de Preparação para Comandantes de Subunidade e Pelotão
EPEC-DPKO	Estágio de Preparação para Entrevista de Candidatos ao DPKO
EPG	Estudos da Paz e da Guerra
EPJAIAC	Estágio para Jornalistas e Assessores de Imprensa em Áreas de Conflito
EPMP	Estágio de Preparação de Militares do Exército Brasileiro para Missões de Paz
Esqd Fuz Mec F Paz	Esquadrão de Fuzileiros Mecanizados de Força de Paz
F Ter	Força Terrestre
FA	Forças Armadas
FIP	Força Interamericana de Paz
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
JLOC	Centro Logístico de Operações Conjuntas
JMAC	Centro de Análise Militar Conjunta
JOC	Centro de Operações Conjuntas
JOTC	Centro de Tarefas e Operações Conjuntas
MD	Ministério da Defesa
MIF	Força Multinacional Interina
MONUSCO	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
OBA	Operação de Busca e Apreensão
OCD	Operação de Controle de Distúrbios
OCHA	Escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários
OND	Objetivos Nacionais de Defesa
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PBC	Planejamento Baseado em Capacidades
PND	Política Nacional de Defesa
PNH	Polícia Nacional do Haiti
PPGCM	Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares
QDM	Quadro de Distribuição de Material
REI	Regimento Escola de Infantaria
REMAX	Reparo para Metralhadora Automatizado
SGTM	Módulo de Treinamento Geral Padronizado
SSAFE	Estágio de Segurança e Salvaguarda em Ambientes Hostis
STM	Materiais Especializados de Treinamento
TTP	Técnica, Tática e Procedimento
UNEF	Força de Emergência das Nações Unidas
UNPCRS	Sistema de Prontidão de Capacidades para o Mantenedor da Paz das Nações Unidas
UNSCOB	Comissão Especial das Nações Unidas nos Balcãs
VBTP	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal

RESUMO

As missões da paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) têm como papel principal a manutenção ou o estabelecimento da paz e da segurança internacional. Nesse contexto, o Brasil conquistou um papel de grande importância com várias participações em operações de paz da ONU. O Exército Brasileiro, ao longo do tempo, participou de inúmeras missões e assumiu um alto grau de responsabilidade perante os demais países. A última participação brasileira com tropa em operações de paz da ONU se deu no Haiti, onde liderou a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) durante seus treze anos de existência e isso foi um marco na condução da política externa brasileira. A Doutrina Militar Terrestre sofreu grandes avanços com a experiência brasileira na MINUSTAH. No entanto, desde o fim da MINUSTAH, em 2017, o Brasil está com ausência de tropas no exterior sob a égide da ONU e isso tem impacto direto na Doutrina Militar Terrestre. Assim sendo, o presente trabalho tem por objetivo apresentar a importância da manutenção de uma tropa da Força Terrestre Brasileira em operações de paz da ONU para a Doutrina Militar Terrestre (DMT). Pretende-se mostrar como a participação brasileira na MINUSTAH entre 2004 e 2017 impactou a Doutrina Militar Terrestre.

Palavras-chave: Doutrina Militar Terrestre, Operações de Paz, MINUSTAH.

RESUMEN

Las misiones de paz bajo control de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) tiene como papel principal el establecimiento de la paz y de la seguridad internacional. En este contexto, el Brasil conquistó un papel de gran importancia con varias participaciones en operaciones de paz de la ONU. El Ejército Brasileño a lo largo del tiempo, participó de innumerables misiones y asumió un alto grado de responsabilidad sobre los demás países. La última participación brasilera con tropa en Operaciones de paz de la ONU se dio en Haití, donde lideró la Misión de Estabilización de las Naciones Unidas en Haití durante sus trece años de existencia y eso fue un marco en la conducción de la política externa brasilera. La Doctrina Militar Terrestre sufrió grandes avances con la experiencia brasilera en la MINUSTAH. Sin embargo, desde el fin de la MINISTAH, en el 2017, el Brasil está con ausencia de tropas en el exterior bajo control de la ONU y eso tiene impacto directo en la Doctrina Militar Terrestre. Siendo así, el siguiente trabajo tiene por objetivo presentar la importancia del mantenimiento de una tropa de la Fuerza Terrestre Brasileira en operaciones de paz para la Doctrina Militar Terrestre. Se pretende mostrar cómo la participación brasileña en la MINUSTAH entre los años 2004 y 2017 impactó la Doctrina Militar Terrestre.

Palabras-clave: Doctrina Militar Terrestre, Operaciones de Paz, MINUSTAH

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	26
1.1 PROBLEMA	29
1.2 OBJETIVOS	29
1.2.1 Objetivo Geral	29
1.2.2 Objetivos Específicos	30
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	30
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	30
2. METODOLOGIA	31
2.1 TIPO DE PESQUISA	31
2.2 COLETA DE DADOS	32
2.3 TRATAMENTO DOS DADOS	32
2.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO	32
3. FATORES DETERMINANTES DAS CAPACIDADES PREVISTAS NA	33
4. A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MINUSTAH	39
4.1 O ESTABELECIMENTO DA MINUSTAH	40
4.2 FASES DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MINUSTAH	42
5. O RECRUTAMENTO, O PREPARO E O APRESTAMENTO DOS CONTINGENTES BRASILEIROS PARA A MINUSTAH	48
5.1 A PREPARAÇÃO BRASILEIRA PARA AS OPERAÇÕES DE PAZ	48
5.2. O PAPEL DO CCOPAB NA PREPARAÇÃO DOS CONTINGENTES BRASILEIROS PARA A MINUSTAH	51
6. AS CONTRIBUIÇÕES DA MINUSTAH À DOCTRINA MILITAR TERRESTRE ...	54
6.1 A DOCTRINA DE OPERAÇÃO DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO)	55
6.2 A DOCTRINA DE OPERAÇÃO DE COORDENAÇÃO CIVIL-MILITAR (CIMIC)	56
6.3 DOCTRINA DE PRONTIDÃO PARA PROJEÇÃO DE FORÇA	57
6.4 DOCTRINA DE MECANIZAÇÃO DA INFANTARIA MOTORIZADA E MODERNIZAÇÃO DA CAVALARIA MECANIZADA	59
7. CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS	63

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho relaciona o emprego de tropas do Exército Brasileiro em Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) com a evolução da Doutrina Militar Terrestre (DMT).

A participação do Brasil nas operações de paz da ONU está marcada, historicamente, por momentos específicos e de elevado engajamento militar. Diferente de países que, tradicionalmente, figuram na lista dos maiores contribuintes de tropa, o Estado brasileiro contribui de forma estratégica e seletiva para a manutenção da paz e segurança internacional, desde o final da década de 1940 (HAMANN, 2015).

Todas as participações brasileiras em missões de paz encontram abrigo na Constituição Federal Brasileira (CF), em seu artigo 4º, que rege os princípios das relações internacionais do Brasil, dando destaque: à defesa da paz; à solução pacífica de conflitos; e à cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Tais princípios se alinham ao incremento da participação nacional em missões de paz, além de corroborar com a atual Política Nacional de Defesa (PND).

A PND afirma que a demanda por ajuda humanitária e por operações de paz tende a acentuar-se, de sorte que o País poderá ser estimulado a incrementar sua participação nesses tipos de missão. Além do aumento de sua influência política em nível global, a participação em operações internacionais permitirá ao Brasil estreitar laços de cooperação por intermédio das Forças Armadas e de agências participantes das missões, bem como ampliar sua projeção no concerto internacional (BRASIL, 2020h, p. 17).

Ademais, no plano internacional, o fortalecimento das capacidades militares brasileiras em operações de paz contribui para a consecução dos Objetivos Nacionais de Defesa 2020 (OND) e, ainda, na dissuasão em seu entorno estratégico.

OND 5 – Salvar as pessoas, os bens, os interesses e as pessoas situadas no exterior;

OND 7 – Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais;

OND 8 – Incrementar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais (BRASIL, 2020f, p. 35).

“Dotado de uma efetiva defesa, principalmente de uma adequada capacidade de dissuasão, o Brasil terá condições de inibir possíveis agressões a seu território e a sua população e de defender seus interesses”[...] (BRASIL, 2020f, p. 37).

Segundo Brasil (2019), o planejamento estratégico atual da Força Terrestre é baseado em capacidades, formadas de acordo com a análise do ambiente operacional e do conceito operativo do Exército Brasileiro, e são fundamentais para que se possa atuar em todo o espectro de conflitos, alcançando o efeito dissuasório desejado. Essas capacidades são aptidões requeridas a uma força ou Organização Militar para cumprir determinada missão ou atividade. Cada aptidão é exercida sob condições e padrões determinados, pela combinação de meios para desempenhar uma gama de tarefas.

Brasil (2019) relata que as capacidades requeridas são determinadas primeiramente no nível político e posteriormente nos níveis operacional e tático. Cada capacidade é obtida através de um conjunto de sete fatores fundamentais, inter-relacionados e indissociáveis: Doutrina, Organização (e/ou processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura, que formam o acrônimo DOAMEPI.

Desde a criação da ONU, o Brasil vem participando, tradicionalmente, das operações de paz dessa Organização. Cada missão traz um desafio diferente a ser superado. A resposta está no constante aperfeiçoamento da Doutrina Militar Terrestre através do desenvolvimento de novas tarefas, atividades e capacidades.

Segundo Hamann (2016), a primeira fase da participação brasileira em missões de paz da ONU corresponde ao período entre 1947 e 1966. Essa fase coincide com a estreia da própria ONU nesse *métier*, em 1947, quando a Assembleia Geral autorizou o desdobramento de uma pequena equipe para os Bálcãs (*UN Special Commission on the Balkans* – UNSCOB). Nessa ocasião, o Brasil enviou um diplomata e três militares (um de cada força), ainda de capacetes verdes. No ano de 1956, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou a sua primeira missão com tropas (UNEF I), que foi desdobrada no Suez e operou sob a égide de princípios e valores válidos até hoje, como por exemplo o uso do capacete azul como forma de diferenciação. Nessa missão de Suez, o Brasil contribuiu com um batalhão por mais de uma década (entre janeiro de 1956 e julho de 1967). Durante esse período, aproximadamente 6.300 militares brasileiros participaram da UNEF.

Ainda completando a participação brasileira nessa primeira fase, entre maio de 1965 e setembro de 1966, o Brasil integrou a Força Interamericana de Paz (FIP) na República Dominicana com o efetivo de um Batalhão. De acordo com Hamann (2016), foram enviados, ao todo, cerca de 3.500 militares brasileiros para aquele país.

O histórico de participação brasileira em operações de paz da ONU está dividido em três períodos distintos: o período do Batalhão de Suez até a participação na FIP; a participação brasileira em Moçambique e Angola na década de 1990, e o período da MINUSTAH em diante. A MINUSTAH, entre os anos de 2004 e 2017, foi um grande divisor de águas na política brasileira das Operações de Paz, seguindo o convite para assumir um papel de liderança no Haiti, que também se encaixava numa política com motivações de projeção global.

Ao ser criada a MINUSTAH e a consequente participação brasileira nessa missão, o Brasil estava cerca de uma década sem enviar tropa para uma Operação de Paz da ONU. Nesse contexto, houve a necessidade de centralizar o preparo de contingentes, sendo criado por meio da Portaria nº 090-Cmt Ex, de 23 de fevereiro de 2005, o Centro de Instrução de Operações de Paz - CIOpPaz (CCOPAB, 2020). Em 2010, segundo Teixeira (2017, p.26) por meio da Portaria nº 952, de 15 de junho, do Ministério da Defesa (MD), o CIOpPaz passou a ser denominado Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

A criação do CCOPAB consolidou a preparação de contingentes (valor batalhão e companhia) e de missões individuais (observador militar, oficial de estado-maior e policial da ONU). Possibilitou, também, a melhoria dos processos de treinamento com maior ênfase para a abordagem “azul” (doutrina ONU) em complemento à abordagem “verde” (doutrina militar). Inicialmente, os militares brasileiros tiveram que adaptar suas táticas, técnicas e procedimentos (TTP) à abordagem azul, diante do espectro de não guerra. Dessa maneira, alguns ensinamentos e as melhores práticas colhidas nas operações de paz acabaram por aperfeiçoar e inovar a DMT brasileira (CCOPAB, 2020).

Segundo CCOPAB (2020), a DMT brasileira se beneficiou consideravelmente com a participação da Força Terrestre brasileira na MINUSTAH, por intermédio do excelente treinamento e adestramento das tropas conduzido pelo CCOPAB.

O presente trabalho pretende realizar uma pesquisa documental para identificar as ações de tropas brasileiras na MINUSTAH, a fim de evidenciar a evolução do preparo e do emprego e sua relação com a Doutrina Militar Terrestre, concluindo sobre a importância da manutenção de uma tropa da Força Terrestre brasileira em Operações de Paz.

1.1 PROBLEMA

Desde o fim da MINUSTAH, o Brasil não possui tropas de sua Força Terrestre em operações de paz da ONU. Essa ausência pode ter reflexos negativos na evolução da DMT. Várias tratativas já foram realizadas sobre o retorno da participação de tropas brasileiras em operações de paz da ONU, como o convite oficial do Secretariado da ONU para uma representação brasileira de 750 militares integrar a missão na República Centro-Africana.

Brasil (2019) afirma que a atuação do EB em missões de paz mobiliza todos os aspectos de doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura (DOAMEPI). Ainda, proporciona a multiplicação do poder de combate em prol das capacidades necessárias à defesa da Pátria. Além disso, destaca que, em função do caráter conjunto-combinado das missões de paz, existe a evidente necessidade de padronizações e de adestramentos com as demais forças singulares e com as nações amigas.

O presente trabalho de conclusão de curso será desenvolvido em torno do seguinte problema: qual a importância da presença de tropas da Força Terrestre brasileira em Operações de Paz da ONU para a DMT?

1.2 OBJETIVOS

Essa seção apresenta o objetivo geral e os objetivos específicos do presente trabalho. O primeiro é o resultado a alcançar ao término da pesquisa. Os demais correspondem às metas a serem atingidas para se chegar ao objetivo geral. Diante de tal fato foram traçados os seguintes objetivos, geral e específicos:

1.2.1 Objetivo Geral

Estabelecer as contribuições das Operações de Paz da ONU para a DMT brasileira através de participação de tropas da Força Terrestre em operações nesse Organismo Internacional.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com a finalidade de delimitar e alcançar o desfecho esperado para o objetivo geral, foram levantados os seguintes objetivos específicos, que nortearam o trabalho em tela:

- a) apresentar os fatores determinantes das capacidades previstos na Doutrina Militar Terrestre.
- b) apresentar a participação do Exército Brasileiro na MINUSTAH.
- c) O recrutamento, o preparo e o aprestamento dos contingentes brasileiros para a MINUSTAH.
- d) relacionar as contribuições da MINUSTAH com a DMT.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo esteve limitado à atuação da Força Terrestre brasileira na MINUSTAH. Esse ambiente de operações de paz foi escolhido para este estudo por ser o mais recente caso de sucesso de operações de paz da ONU. Neste cenário, o BRABAT será o objeto de estudo desta pesquisa, uma vez que foi a maior unidade militar brasileira já empregada em operações de manutenção da paz, além de ser a principal força do componente militar da MINUSTAH.

Será realizada uma análise do recorte temporal dos últimos 7 anos da referida missão de paz (2010-2017), em especial, ao BRABAT 2/15, que atuou em solo haitiano entre setembro de 2011 a abril de 2012. Esse curto recorte no tempo visa garantir que os resultados da análise do estudo de caso reflitam resultados mais recentes, conduzidos de acordo com a doutrina atual e, assim, resultem nas análises e conclusões mais aplicáveis.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Segundo CCOPAB (2020), a participação brasileira em Operações de Paz da ONU provocou adequações e mudanças na DMT. Nesse sentido, a tropa foi preparada para atuar em combate urbano, em situação de guerra e não guerra, uma vez que os “capacetes azuis” atuam sob o princípio da imparcialidade. Nesse tipo de atuação não há inimigo, mas sim atores no conflito.

Do ponto de vista militar, o Brasil enviou cerca de 37 mil militares para a MINUSTAH, organizados em 26 contingentes em sistema de rodízio, o que viabilizou o acúmulo de importantes experiências profissionais e pessoais, com impactos positivos para as Forças Armadas. A MINUSTAH foi fundamental para que a atuação brasileira em missões de paz pudesse ser aperfeiçoada, tornando-se referência mundial. E, em termos estratégicos, o país conseguiu manter um oficial general como comandante das forças da ONU (*Force Commander*) durante todo o período em que perdurou a missão, fato até então inédito naquele organismo internacional. Tais feitos indicam que passos sólidos foram dados em direção à consolidação do Brasil como país relevante no sistema de paz e segurança internacional, com atuação desejável em outras importantes operações multilaterais (RAMIRES, C.; HAMANN, E., 2017).

Como pesquisa científica, o tema do presente estudo está inserido nos assuntos de interesse da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e do Exército Brasileiro (EB), na linha de pesquisa dos Estudos da Paz e da Guerra (EPG), com aderência ao assunto prioritário do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares- *Stricto Sensu* (PPGCM): “Missões de Paz e Ajuda Humanitária”, com possibilidade de elucidar várias lacunas na doutrina de operações de paz, o que evidencia a importância do assunto para o EB.

Por fim, esse trabalho visa mostrar o quão importante é a participação de tropas da Força Terrestre brasileira em Operações de Paz da ONU sob a ótica do aperfeiçoamento da DMT.

2. METODOLOGIA

2.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo foi realizado, principalmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, pois baseou-se sua investigação sobre os assuntos relacionados às missões de paz em que o Brasil já participou, em especial na MINUSTAH, além dessa relação com a DMT. Para isso, a pesquisa foi realizada em livros, manuais e artigos de acesso livre ao público em geral, incluindo-se nesses aqueles disponibilizados pela rede mundial de computadores. Assim, ao final do trabalho, tem-

se a intenção de reunir conhecimentos que permitam a solução do problema apresentado.

2.2 COLETA DE DADOS

Esta pesquisa obteve os meios de informação utilizando pesquisa bibliográfica de literatura primária e secundária (livros, trabalhos acadêmicos, jornais, revistas e redes eletrônicas) de fontes confiáveis. Nesta oportunidade, foi feita a seleção da documentação utilizada para atingir os objetivos do trabalho. As conclusões decorrentes desta pesquisa permitirão conhecer como uma tropa da Força Terrestre brasileira realiza o preparo para uma missão de Operação de Paz da ONU por intermédio do CCOPAB e ainda como esse preparo é materializado no emprego da tropa e sua consequente participação na evolução da Doutrina Militar Terrestre.

2.3 TRATAMENTO DOS DADOS

Por se tratar de uma pesquisa documental, na qual fica evidenciada a procura subjetiva de fontes de informação, desde as rasas até as mais profundas, o tratamento dos dados se dará de forma não estatística. Em decorrência, serão empregadas as técnicas de análise de conteúdo e histografia. A análise de conteúdo permitirá obter significados apurados do conhecimento levantado e a histografia facilitará o resgate de informações pretéritas que permitirão compreender algumas proposições elencadas, apoiando o atingimento dos objetivos deste trabalho.

2.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A metodologia em questão possui limitações, particularmente, quanto à profundidade do estudo a ser realizado, pois não contempla, dentre outros aspectos, o estudo de campo e a entrevista com pessoas diretamente ligadas aos processos de estudo. Enfim, a metodologia utilizada buscou evidenciar de forma objetiva e clara os seus tipos, tratamento de dados e as limitações dos métodos elencados. Com isso, acredita-se que a metodologia escolhida permitiu alcançar com sucesso o objetivo final desta pesquisa.

3. FATORES DETERMINANTES DAS CAPACIDADES PREVISTAS NA DOCTRINA MILITAR TERRESTRE

De acordo com Brasil (2019), a Doutrina Militar Terrestre (DMT) deve estar em constante atualização em função da evolução da natureza dos conflitos. Ainda, o futuro está cada vez mais imprevisível, com um inimigo que se utiliza cada vez mais de violência em suas ações. Diante de tal cenário, os Estados devem estar preparados para atuar em diversas frentes, como: o combate ao terrorismo; a proteção da sociedade contra as armas de destruição em massa; a participação em missões de manutenção e/ou imposição da paz sob a égide de organismos internacionais; a ajuda à população em caso de catástrofes provocadas pela natureza; e o controle de contingentes populacionais ou de recursos escassos (energia, água ou alimentos).

Nesse sentido, toda essa transformação exige da Força Terrestre novas capacidades operativas, com novas tecnologias e com uma DMT em constante evolução para estar em condições de enfrentar essas novas ameaças com emprego do poder militar de forma gradual e proporcional (BRASIL, 2019).

Brasil (2019) define a DMT como um conjunto de valores, fundamentos, técnicas e táticas no sentido de preparar a Força Terrestre para empregar corretamente seus meios em operações singulares ou conjuntas. Os produtos de uma doutrina são:

- a) as normas e os procedimentos que constituirão o objeto das publicações doutrinárias da F Ter;
- b) as bases para a elaboração dos planos/programas de adestramento das unidades e de instrução das tropas;
- c) os fundamentos da educação militar, que delinearão os planos de ensino nos diversos níveis;
- d) os critérios para o aperfeiçoamento das estruturas operativas e a determinação de meios com tecnologia adequada; e
- e) as bases para a formação moral, intelectual e física do combatente.

O contexto da participação da Força Terrestre em uma Operação de Paz da ONU está enquadrado em um ambiente de relações internacionais, que envolvem interesses políticos, sociais e econômicos. O cenário do Haiti, desde a entrada do Brasil no componente da ONU, era multinacional,

com a presença de diversas organizações, com manifestações populares e com forte presença da mídia. Todas essas variantes condicionaram o emprego da Força Terrestre naquele ambiente operacional (BRASIL, 2019).

Brasil (2019) aborda a importância do ambiente operacional para o emprego da Força Terrestre. Este possui três importantes dimensões: humana, física e informacional. A dimensão humana retrata as estruturas sociais, comportamentos e interesses, que normalmente geram conflitos. Já a dimensão física está correlacionada com os fatores terreno e condições meteorológicas. Por fim, a dimensão informacional abrange os sistemas utilizados para obter, produzir, difundir e atuar sobre a informação.

Figura 1– As dimensões do ambiente operacional terrestre

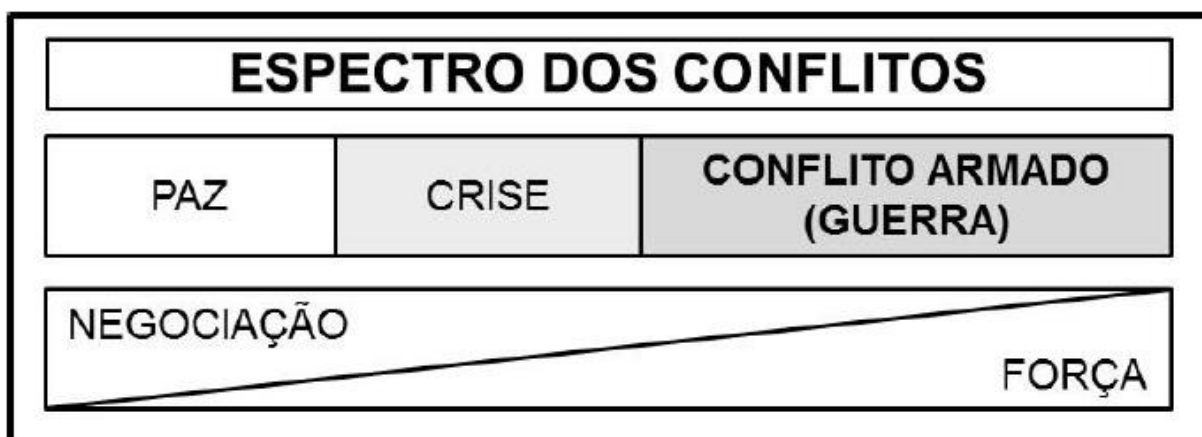


Fonte: EB20-MF-10.102

Com relação ao espectro dos conflitos, existem três situações muito bem definidas. Brasil (2019) elenca a situação de paz, crise e o conflito armado. Vale ressaltar que a situação de paz permite a ocorrência de violência localizada e limitada, sem comprometer a segurança do Estado como um todo. Na situação de crise existe uma grave ameaça ao Estado, cujo nível de violência não implique no envolvimento de toda a capacidade militar da nação. Por último, o conflito armado, ou guerra, que é a situação em que a violência pode atingir seu grau máximo, podendo mobilizar todo

o poder nacional, com a predominância da expressão militar para a imposição da vontade sobre o outro.

Figura 2– Espectro dos conflitos



Fonte: Fonte: EB20-MF-10.102

A Força Terrestre pode ser empregada em duas situações distintas: nas situações de guerra, onde a expressão militar é empregada em sua plenitude para a defesa da pátria, sendo a missão mais tradicional das Forças Armadas; e nas situações de não guerra, onde a expressão militar do poder é empregada de forma limitada, no âmbito interno e externo, com o poder militar empregado juntamente com interações, sem exercer o papel principal, como na participação do Brasil no Haiti (BRASIL, 2019).

Um dos fatores que mais afetam os conflitos atualmente é a informação. Desde sua obtenção até sua disseminação, a informação pode afetar o processo decisório. A mídia, com suas diversas formas de atuação, além de sua grande visibilidade, pode influenciar de sobremaneira a forma de atuação da Força Terrestre em um conflito, podendo limitar a liberdade de ação do poder militar (BRASIL, 2019).

Segundo Brasil (2019), o Exército Brasileiro adotou o conceito operativo para suas ações, combinando operações ofensivas, defensivas, ou de coordenação e cooperação com agências, de forma simultânea ou sucessiva. Dessa forma, consegue-se prevenir ameaças e gerenciar crises, principalmente em situações de não-guerra, como o caso do emprego da Força Terrestre brasileira na MINUSTAH.

As operações em amplo espectro exigem da Força Terrestre tarefas a serem cumpridas, que de maneira ampla formam as atividades e estas orientam as

capacidades para a execução de uma missão. E dessa forma, de acordo com as capacidades, o planejamento para o cumprimento de uma determinada missão é realizado, permitindo adaptação e flexibilidade às mudanças do ambiente operacional, com os meios logísticos dimensionados na medida certa (BRASIL, 2019).

O planejamento baseado em capacidades tem início no nível político, que determina quais as capacidades requeridas à Força Terrestre (Capacidades Militares Terrestres). A partir daí são elencadas as capacidades operativas para as forças que serão empregadas para o cumprimento da missão recebida. Dessa maneira, a fração designada cumprirá as atividades e tarefas específicas para aquela missão (BRASIL, 2019).

Nesse sentido, o planejamento baseado em capacidades (PBC) analisa a conjuntura e cenários prospectivos para a identificação das ameaças corretas ao Estado. As capacidades atendem a três requisitos básicos: garantir a defesa do território; projetar poder, a fim de assegurar interesses vitais; e atender às demandas da política exterior em favor da segurança e da paz internacionais e da integração regional. Ademais, a capacidade é obtida a partir de um conjunto de sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: Doutrina, Organização (e/ou processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura – que formam o acrônimo DOAMEPI (BRASIL, 2019).

Figura 3– Fatores determinantes das capacidades



Fonte: EB20-MF-10.102

A doutrina é a base para os demais fatores. Para se gerar uma nova capacidade de uma unidade requer-se a formação de uma nova base doutrinária, que se traduz nas diversas missões, atividades e tarefas que esta pode cumprir em operações (BRASIL, 2019).

Brasil (2019) define cada fator do DOAMEPI e sua relação com a geração de capacidades. A organização (e/ou processos) se evidencia pela Estrutura Organizacional dos elementos de emprego da Força Terrestre. Algumas capacidades são obtidas por processos para se evitar competências redundantes, no caso destas já terem sido contempladas em outras estruturas.

O adestramento consiste no preparo planejado da tropa, incluindo a utilização de simulação em todas suas fases.

O material compreende todos os materiais e sistemas para uso na F Ter, acompanhando a evolução de tecnologias de emprego militar e com base na prospecção tecnológica. É materializado pelo Quadro de Distribuição de Material (QDM).

A educação é a capacitação e a habilitação do recurso humano da Força Terrestre. Dessa forma, uma boa capacitação reflete no desenvolvimento de novas habilidades, necessárias para decidir e atuar em situações diversas (BRASIL, 2019).

O fator pessoal é evidenciado em todas as atividades relacionadas aos integrantes da força, nas funcionalidades, como: plano de carreira, movimentação, higidez física, dentre outros. Esse fator está inter-relacionado com a dimensão humana da força (BRASIL, 2019).

Por fim, a infraestrutura, que abrange todos os elementos estruturais (instalações físicas, equipamentos e serviços necessários) que dão suporte ao preparo e ao emprego dos elementos da F Ter, de acordo com a especificidade de cada um e o atendimento aos requisitos do exercício funcional.

As capacidades militares terrestres (CMT) são um conjunto de capacidades operativas (CO) com ligações funcionais. Esse conjunto de capacidades operativas potencializa a aptidão de uma força no cumprimento de uma determinada tarefa para uma missão específica (BRASIL, 2019).

As CO são requeridas a uma força ou Organização Militar. São as capacidades obtidas através do DOAMEPI. No nível político são identificados os cenários prospectivos e as ameaças. Em seguida, são definidas as CMT, e no nível operacional / tático são definidas as CO. No entanto, as CO que a força ainda não possui para

uma determinada missão são desenvolvidas no sentido de deixar a Força Terrestre apta para o emprego em qualquer tipo de missão (BRASIL, 2019).

A participação brasileira nas operações de paz evidenciou uma necessidade de adequação da doutrina, de modo a preparar a tropa para atuar em combate urbano e em situação de guerra e não guerra. Nesse tipo de combate, as forças de operações de paz atuam com imparcialidade, visando o cumprimento do mandato. Em uma operação de paz não existem inimigos, e sim atores do conflito. No entanto, sem negligenciar a hipótese de que a situação possa evoluir e, em consequência, possa haver a necessidade de entrar em combate, o planejador leva em consideração os princípios orientadores das operações militares, como forma de nortear o planejamento das ações (BRASIL, 2013).

Em 2013, representantes do Estado-Maior do Exército, Órgãos de Direção Setorial e Comandos Militares de Área compuseram uma equipe multidisciplinar de todas as áreas estratégicas do País, com o objetivo de mapear as CMT e as CO do Exército, levando em consideração, dentre outros fatores, áreas de interesse do Brasil. Ao final dos trabalhos, o produto final consistiu em uma lista de capacidades que subsidiou o Centro de Doutrina do Exército no conceito de planejamento baseado em capacidades, assim como nas definições de CMT e CO.

Figura 4– Planejamento baseado em capacidades



Fonte: Catálogo de Capacidades do Exército

A seleção de cada capacidade a ser empregada em um conflito deve levar em consideração a premissa de que o emprego do poder de combate terrestre dar-se-á de forma gradual e proporcional ao problema militar enfrentado (BRASIL, 2019).

Um exemplo claro disso é a capacidade operativa número 13 (CO13) - Ações sob a égide de organismos internacionais, que é definida pela capacidade de empregar força em defesa dos interesses nacionais, operando e cumprindo missão de acordo com os mandatos dos organismos internacionais. Essa CO está alinhada com a participação brasileira em missões de paz da ONU.

4. A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MINUSTAH

Há diversas razões para se conferir um destaque da participação brasileira no contexto da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). No tocante à diplomacia, a MINUSTAH foi um importante instrumento de política externa, pois na primeira década do século XXI o Brasil buscava espaços de maior protagonismo no cenário internacional, sobretudo como ator relevante na América latina e Caribe. No período em que durou a missão, o Brasil foi membro não-permanente do Conselho de Segurança por duas vezes (2004-2005 e 2010-2011), o que facilitou sua posição sobre o Haiti e sobre as operações de manutenção da paz em geral, além de começar a colher os vários frutos políticos decorrentes dos sucessivos êxitos logrados pelos brasileiros que atuaram no terreno e na retaguarda (TEIXEIRA, 2017).

A MINUSTAH teve como ambiente operacional o cenário urbano, com o emprego de tropas em vilas, acampamentos e cidades de grande porte, como a capital Porto Príncipe.

No tocante ao poder militar, Teixeira (2017) relata que o Brasil enviou cerca de 37 mil militares para a MINUSTAH nos 13 anos de missão, organizados em 26 contingentes em sistema de rodízio, o que viabilizou o acúmulo de importantes experiências profissionais e pessoais, com positivos impactos para as Forças Armadas. Ademais, o país conseguiu manter um oficial general como comandante das forças da ONU (*Force Commander*) durante todo o período em que perdurou a missão, fato até então inédito naquele organismo internacional. Dessa forma, esses feitos consolidaram o Brasil como país relevante no sistema de paz e segurança internacional.

Do ponto de vista policial, o Brasil enviou oficiais à Porto Príncipe que desempenharam funções-chave, como no apoio à Polícia Nacional do Haiti, mesmo que com número pouco expressivo.

A MINUSTAH também incitou outros atores, em especial o universo acadêmico, a se debruçar ainda mais sobre as operações da ONU. Novas linhas de pesquisa foram criadas e desenvolvidas nas universidades brasileiras, nos cursos de graduação, mestrado e doutorado, o que levou ao estabelecimento de novos e mais qualificados diálogos com importantes atores decisórios, como militares e diplomatas.

4.1 O ESTABELECIMENTO DA MINUSTAH

O Haiti conquistou sua independência em 1804, tornando-se a primeira nação independente da América Latina e do Caribe. A década de 1990 foi marcada por uma grave crise no país e devido a isso não se puderam implementar reformas profundas em solo haitiano. No início de 2004, ex-integrantes do exército haitiano deram início a um levante militar, que rapidamente se espalhou pelo país, obrigando o presidente Aristide a se retirar do país contra a sua vontade.

Ramires (2017) relata que em 29 de fevereiro de 2004, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou a Resolução 1529 (2004) estabelecendo uma Força Multinacional Interina (MIF) e prevendo uma missão de paz no Haiti. O Conselho, precisava redigir as decisões sobre a futura missão de paz. Para isso, o Brasil inseriu-se no recriado Grupo de Amigos do Haiti, que naquele momento incluía também Canadá, Chile, EUA e França (os quatro contribuintes da MIF). A MINUSTAH também contou com a participação de autoridades haitianas.

Nos meses seguintes à concepção da Resolução 1529, a MINUSTAH ainda não tinha uma função política. Reino Unido, França e EUA se inclinaram à pouca permanência da ONU no país, atuando apenas na área de segurança pública e na repressão de gangues. No entanto, diversos países latino-americanos, inclusive o Brasil, se posicionaram no combate às causas profundas da instabilidade haitiana, e assim defendiam a atuação da ONU por um período mais extenso. Enquanto os EUA operavam com base em seu incomparável peso militar e econômico, os países latino-americanos, em particular o Brasil, usavam os trunfos da contribuição com tropas e apoio regional para fortalecerem suas posições negociadoras (RAMIRES, 2017).

O resultado sobre os diversos posicionamentos de nações do CSNU sobre o mandato pode ser visto na questão da referência ao Capítulo VII e a temas de desenvolvimento da Resolução 1542 (2004). Os EUA eram favoráveis à inclusão, no último parágrafo preambular do texto, uma referência ao Capítulo VII da Carta da ONU, o que indicaria a valorização de assuntos de segurança na missão e a autorização para uso da força, se necessário. O Brasil e alguns países latino-americanos preferiam restringir essa alusão à parte do mandato concernente à restauração da ordem (parágrafo 7, seção I, “*Secure and Stable Environment*”). Dessa forma, a questão principal era a sinalização política sobre a natureza da MINUSTAH. Para o Brasil, a existência de aspectos como assistência humanitária ou fortalecimento institucional no Capítulo VII parecia um contrassenso, que soaria aos caribenhos e latino-americanos uma opção pela “doutrina Powell”, ou seja, usar força e sair logo. O que o Brasil gostaria de acrescentar no texto – incluído, afinal, de modo diluído nos parágrafos 13, 14 e 15 – era o apoio à reconstrução e ao desenvolvimento do Haiti, onde se acreditava estar as causas profundas da instabilidade. Enquanto os EUA se opunham por preferir o mandado de segurança, o Secretariado e países como a Rússia não viam por que uma missão de paz deveria preocupar-se com desenvolvimento socioeconômico.

O capítulo VII autoriza o uso da força letal para situações além da legítima defesa própria e de terceiros, inaugurando uma nova geração de Operações de Paz com um viés mais robusto e com um caráter multidimensional, envolvendo os componentes militar, policial e agências civis, com atuação de forma integrada. Esse novo modelo foi consequência do desastre da ONU no genocídio de Ruanda, em 1994. Essa evolução do modelo da ONU permanece, sendo empregada na missão atual da ONU na República Democrática do Congo (MONUSCO)¹.

A tropa brasileira, subordinada à MINUSTAH, inicialmente constituiu a “Brigada Haiti”. Já no ano seguinte (2005), essa brigada foi reduzida para um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABAT)², que incorporou um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais³ e uma Companhia de Engenharia de Força de Paz

¹ A Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo é uma das missões de manutenção de paz da ONU para acompanhar o processo de paz da Segunda Guerra do Congo.

² O batalhão brasileiro da MINUSTAH (**BRABAT**) contava com quase 1.300 efetivos militares, o maior contingente da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do **Haiti**, e teve sob sua responsabilidade a segurança de várias áreas conflituosas de Porto Príncipe.

³ O Grupamento **Operativo de Fuzileiros Navais** (GptOpFuzNav) era composto por cerca de 300 militares.

(BRAENGCOY)⁴. Assim, essa nova constituição do BRABAT ficou subordinada diretamente ao *Force Commander*.

4.2 FASES DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MINUSTAH

a. 1ª fase (junho de 2004 até o final do 1º semestre de 2005)

Essa primeira fase deu início com a entrada do Brasil na MINUSTAH, em junho de 2004, compondo a “Brigada Haiti”, que teve a sua base com militares do Comando Militar do Sul (CMS), que é composto pelos estados da região sul brasileira: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A saber, o Exército Brasileiro também possui outros Comandos Militares: Comando Militar do Sudeste (CMSE), Comando Militar do Leste (CML), Comando Militar do Oeste (CMO), Comando Militar do Planalto (CMP), Comando Militar do Nordeste (CMNE), Comando Militar do Norte (CMN) e Comando Militar da Amazônia (CMA).

Figura 5 – Mapa com a distribuição geográfica dos C Mil



Fonte: EB20-MF-10.101 – O EXÉRCITO BRASILEIRO

A tropa brasileira teve que se adaptar ao novo modelo da ONU, de operações robustas, onde foi necessário o esclarecimento sobre as regras de engajamento para o uso da força letal. Essas Regras de Engajamento eram muito diferentes das regras

⁴ A Companhia tinha por missões proporcionar apoio de construção, de campanha, de instalações e de proteção para os contingentes da Força de Paz em sua área de responsabilidade.

das missões de paz anteriores que o Brasil participara, como em Angola e Moçambique, na década de 1990. A principal diferença foi a inserção do Capítulo VII da Carta da ONU para a legítima defesa com o uso da força letal. Tal mudança impactou na preparação das tropas brasileiras no Brasil, que não enfatizavam esse aspecto na fase de treinamento.

b. 2ª fase (2º semestre de 2005 até o 1º semestre de 2007)

A 2ª fase foi materializada com a plena execução das tarefas militares previstas no capítulo VII do mandato da MINUSTAH, com o emprego da força letal de acordo com as Regras de Engajamento já previstas. O comandante do contingente militar da MINUSTAH nessa época (*Force Commander*) foi o General Santos Cruz⁵, que atuou de maneira exemplar, sendo mais tarde indicado para ser o *Force Commander* da MONUSCO, na República Democrática do Congo.

A Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOPY) atuou no sentido de apoiar a manobra das tropas, com a desobstrução de vias e pavimentação de vias de acesso. Essa companhia era composta por cerca de 250 militares e era incumbida de apoiar todo o componente militar da MINUSTAH.

A participação brasileira nessa fase se inclinou para a desarticulação de gangues armadas que atuavam na Área de Operações do BRABAT, pois a Polícia Nacional Haitiana (PNH) não dispunha de recursos humanos e nem meios necessários para essa missão. Assim, o componente militar da MINUSTAH abria espaço para a atuação dos componentes policial e civil.

Várias técnicas foram empregadas pela tropa brasileira para combater as gangues armadas em Porto Príncipe, e na maioria das vezes com o uso da força letal. Dentre essas técnicas, cabe destacar o emprego de Checkpoints⁶, Operações de Busca e Apreensão (OBA)⁷, Operações e Cerco e Vasculhamento⁸, além do conceito de “Ponto Forte”⁹, adaptado para a realidade de Porto Príncipe. Todas essas técnicas foram observadas em operações militares de grande vulto realizadas em Porto Príncipe, como a Operação “*Blue House*” e a Operação “*Jauru Sudamericano*”,

⁵ Carlos Alberto do Santos Cruz é um General de Divisão da reserva do Exército Brasileiro e foi o *Force Commander* da MINUSTAH entre setembro de 2006 e abril de 2009.

⁶ Pontos de parada para checagem de pessoal e material

⁷ Diligência policial que tem por finalidade procurar pessoa, veículo ou objeto que se deseja encontrar.

⁸ Operações integradas que visam primeiramente garantir a segurança de uma área e em seguida realizar uma busca e apreensão.

⁹ Fortaleza ou fortificação reforçada em sua segurança e defesa.

realizadas em 2005 e 2007, respectivamente. Destaca-se que elementos especializados compuseram o contingente de tropas brasileiras na MINUSTAH. Dentre eles, o Destacamento de Operações de Paz (DOPaz)¹⁰ e o Destacamento de Operações Psicológicas (DOP)¹¹.

Nessa segunda fase, o BRABAT atuou em uma Área de Operacional de Responsabilidade (AOR) definida pela MINUSTAH. O contingente brasileiro recebeu a área de “*Bel Air*”, onde se localizava as sedes do governo e do parlamento haitiano. Ainda, o Brasil recebeu a AOR de “*Cité Soleil*”, uma das áreas com maior vulnerabilidade social de Porto Príncipe.

c. 3ª fase (2º semestre de 2007 a 12 de janeiro de 2010)

A 3ª fase ficou caracterizada pela interação dos componentes militar, policial e civil da MINUSTAH. A partir desse momento, o componente policial foi estimulado a ser o primeiro componente a atuar nos problemas de segurança pública em Porto Príncipe.

A Polícia Nacional do Haiti (PNH) atuou em conjunto com o contingente brasileiro nas operações, participando de OBA, Operações de Cerco, *Check Points*, dentre outras Técnicas, Táticas e Procedimentos. O principal objetivo nessa fase era a orientação e a capacitação da PNH para o cumprimento de suas missões.

Conclui-se parcialmente que essa fase direcionou para uma atuação em conjunto dos três componentes da MINUSTAH nas operações, demonstrando dessa maneira o caráter multidimensional dessa Operação de Paz.

d. 4ª fase (12 de janeiro de 2010 ao final do 2º semestre de 2016)

Essa fase foi iniciada com um grande terremoto de 7,2 graus na escala Richter, que teve seu epicentro nas proximidades de Porto Príncipe. O comando da MINUSTAH foi afetado diretamente, com diversos militares *staffs* do Estado-Maior mortos, além de militares do contingente brasileiro.

Esse evento fez com que novos reforços viessem a Porto Príncipe para uma grande operação humanitária. O governo brasileiro enviou ao Haiti um destacamento

¹⁰ Destacamento composto por militares com o Curso de Forças Especiais do Exército Brasileiro concebido para realizar operações especiais em território haitiano e contribuir com o contingente do Batalhão Brasileiro de Força de Paz.

¹¹ Destacamento que tinha como principal missão era preservar vidas, seja dos militares brasileiros, das forças adversas e, principalmente, da população haitiana.

de Bombeiros Militares especializados em resgate, reforços para o BRAENGCYOY e para o Destacamento Operativo de Fuzileiros Navais e mais um BRABAT.

Essa ajuda humanitária evidenciou a coordenação das centenas de agências que desembarcaram em solo haitiano para prestar apoio. A ONU precisou encontrar soluções para esse trabalho interagências, mais especificamente criar estruturas para planejamentos operacionais e logísticos. Nesse momento, as estruturas de *containers* eram as mais seguras para se instalar o novo centro de comando e controle da ONU, haja vista que o terremoto destruíra todo o braço civil do Quartel-General da MINUSTAH. O *Force Commander* na época era o General brasileiro Floriano Peixoto, que assumiu o controle interino da ONU no Haiti em razão da morte do representante de seu Secretário Geral (SRSG) e seu *Deputy* (substituto).

Juntou-se ao General Floriano o Comandante das forças americanas, o General Keen, e posteriormente um novo SRSG desembarcou em Porto Príncipe: Mr. Edmond Mulet.

Para o enfrentamento da crise ocasionada pelo terremoto, a atuação militar foi dividida em 3 fases, com os seguintes objetivos:

- 1) Resposta à crise (janeiro a abril de 2010). Nessa fase, os objetivos militares foram de apoiar e conduzir as operações emergenciais, garantir a segurança e ordem pública e a reassunção da capacidade da missão.



Quadro 1 – Fonte: palestra do Gen Floriano e do Gen Keen

Esse quadro ilustra a estrutura de comando e controle estabelecida logo após o terremoto para o enfrentamento da crise.



Quadro 2 – Fonte: Estado-Maior do *Force Commander* da MINUSTAH

Da análise desses dois quadros, pode-se perceber que há uma grande concentração de atividades de Comando e Controle em torno do *Joint Operation Task Center* (JOTC). Originalmente, o *Joint Operation Center* (JOC) é uma estrutura conjunta que coordena as ações de maneira geral e juntamente com o *Joint Operation Logistic Center* (JLOC) formam o *Joint Military Analysis Center* (JMAC), uma espécie de Estado-Maior ligado ao Representante Especial do Secretário Geral. Essas estruturas não eram subordinadas a nenhum dos três componentes da missão (militar, policial e civil). O terremoto provocou um colapso na cadeia de comando evidenciada no quadro 2, e o comandante militar, General Floriano Peixoto assumiu toda a coordenação da ajuda humanitária que por ora chegava ao Haiti e transformou a estrutura JOC existente em *Joint Operation Task Center* (JOTC), evidenciada no quadro 1. Com essa nova estrutura, o processo decisório ganhou mais velocidade, fundamental para esse momento da missão.

2) Recuperação (maio a dezembro de 2010). Nessa fase, além dos objetivos anteriores, foi acrescido o apoio ao processo eleitoral.

3) Normatização (janeiro a dezembro de 2011). A MINUSTAH, no ano de 2011, objetivou o apoio e a condução de operações de recuperação, além da imposição da lei e de Direitos Humanos e do fortalecimento da capacidade do Estado. O apoio

brasileiro nessa fase foi fundamental, pois serviu de exemplo de ajuda humanitária para os demais países na reconstrução do Haiti.

4) Reconstrução (janeiro de 2011 ao fim do 1º semestre de 2016). Esse período foi marcado por uma grande atuação da ONU na reconstrução do país após o terremoto de 2010, além da atuação de mais de 1000 ONG no país.

e. 5ª fase (2º semestre de 2016 a 2º semestre de 2017)

O início dessa fase foi marcado com a passagem do ciclone Matthew no Haiti, no mês de outubro. Desde o terremoto de 2010, o país não havia sofrido nenhum grande desastre natural de tamanha envergadura.

Segundo o Escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), cerca de metade dos 11 milhões de haitianos foram afetados pela devastação. Cerca de 350 haitianos perderam suas vidas e milhares ainda viviam em acampamentos, devido ao terremoto de 2010. O furacão Mathew destruiu a grande maioria desses acampamentos, além de causar uma tensão para um surto de cólera, pois dezenas de milhares de pessoas não tinham acesso a água potável.

O processo de reconstrução haitiana, iniciado após o terremoto de 2010, sofreu um grande impacto e novamente o país se viu invadido por diversas agências trazendo ajuda humanitária.

No ano de 2017, a MINUSTAH já visualizava uma estratégia de saída do país. O efetivo de militares foi reduzido gradualmente e cada vez mais a PNH era solicitada na atuação frente aos problemas de segurança do país.

O 26º e último contingente brasileiro enviado ao Haiti em junho de 2017 já tinha data certa de retorno: 15 de outubro. O *Force Commander* da época, o General brasileiro Ajax Porto Pinheiro, concluiu os trabalhos da MINUSTAH naquele país e mais uma vez evidenciou a rica participação brasileira em solo haitiano.

Segundo Ramires (2017), a MINUSTAH trouxe diversas lições para o Brasil. A lição mais importante foi a necessidade de participação em operações de manutenção da paz. A participação nessa missão evidenciou a vontade dessa “potência emergente” em contribuir para a paz e segurança globais.

Outra lição evidenciada com a MINUSTAH foi que nem a presença de tropas e nem o comando da MINUSTAH foram suficientes. Se um país quer beneficiar-se da participação em missões de paz, tem que contribuir na negociação de mandatos, participar de grupos e articular atores regionais e extra regionais para transmitir sua

visão. Essa influência e capacidade de articulação são transferíveis, ou seja, a participação do Brasil na MINUSTAH ajudou a elevar o perfil do país em questões de paz e segurança como um todo (RAMIRES, 2017).

5. O RECRUTAMENTO, O PREPARO E O APRESTAMENTO DOS CONTINGENTES BRASILEIROS PARA A MINUSTAH

Foto 1: Fachada do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil.



Fonte: CCOPAB

O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), Centro Sergio Vieira de Mello, foi fruto das demandas criadas ao longo da história da MINUSTAH, bem como do alinhamento do pensamento diplomático nacional e do Ministério da Defesa com as novas diretrizes do mais alto escalão do Secretariado da ONU (RAMIRES, 2017).

5.1 A PREPARAÇÃO BRASILEIRA PARA AS OPERAÇÕES DE PAZ

Ramires (2017) divide a preparação de indivíduos e tropas brasileiras para participarem de operações de paz em quatro fases distintas. A primeira fase coincide com o início da participação brasileira em operações, em 1947, nos Balcãs, onde militares e diplomatas brasileiros foram enviados àquela região para participarem de um processo de negociação de paz. Essa fase vai até a década de 1990 e é caracterizada por uma preparação pessoal para esse tipo de missão.

A segunda fase tem início em 1992, quando o Estado Maior do Exército (EME) assume o papel da preparação de indivíduos ou tropas para missões sob a égide da ONU. O EME criou em 1996 o Estágio de Preparação de Militares do Exército Brasileiro para Missões de Paz (EPMP). Em 2001, foi criado pelo Comando de Operações Terrestres (COTER) o Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro (CPAEB), desvinculando o EME desse viés.

A terceira fase, com início em 2002, evidenciou uma preparação na modalidade à distância e de caráter voluntário, com o EPMP disponibilizado àqueles militares selecionados pelo Gabinete do Comandante do Exército para participarem de Operações de Paz. Em 2004, o EPMP passou a ser realizado de maneira presencial, em Brasília, sob a responsabilidade do CPAEB/COTER. Nesse mesmo ano, o EME tinha a intenção de criar uma Brigada Força de Paz, com base nas Organizações Militares da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada, na cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, o 57º Batalhão de Infantaria Motorizado – Regimento Escola de Infantaria (REI) foi escolhido como Centro de Instrução dessa Brigada, sendo a Unidade embrionária dessa iniciativa.

Ainda em 2004, mesmo sem a criação da Brigada Força de Paz, o REI participou ativamente da preparação do 2º contingente brasileiro que integrou a MINUSTAH, em cooperação com o Centro de Avaliação e Adestramento do Exército (CAAdEx), atual Centro de Adestramento Leste (CA-Leste). Em dezembro de 2004, a 9ª Brigada de Infantaria Motorizada foi designada como base da Brigada Haiti para compor o 3º contingente brasileiro na MINUSTAH e o REI foi a base do Batalhão Haiti. Dessa forma, o Comandante da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada determinou a criação de um Centro de Instrução voltado para a preparação e treinamento do contingente.

Em 2005, o Exército Brasileiro criou, oficialmente, por meio da Portaria do Comandante do Exército no 090, de 23 de fevereiro de 2005, o Centro de Instrução de Operações de Paz (CI Op Paz). A nova unidade funcionaria como Núcleo nas instalações do REI durante os anos de 2005 e 2006, evoluindo para Centro somente em 17 de janeiro de 2007, no aquartelamento então ocupado pelo CAAdEx (RAMIRES, 2017).

Aos poucos o CPAEB passou suas funções para o C I Op Paz e deu lugar à Divisão de Missões de Paz, na 3ª Subchefia do COTER. Em 2006, a Brigada Força

de Paz foi extinta e o C I Op Paz passou a ser uma Organização Militar Diretamente Subordinada (OMDS) à 1ª Divisão de Exército.

Em 2007, o C I Op Paz se voltou para a preparação do 7º contingente brasileiro, com a criação do Estágio de Preparação para o Comandante e o Estado-maior Combinado (EPCOEM) do Batalhão Haiti, antecedendo o Exercício Avançado para Comandantes e Estado-Maior. Nessa oportunidade, o centro recebeu seus primeiros alunos oriundos da Aeronáutica e da Marinha, tendo a partir de então um embrião de instruções “conjuntas”. Ainda em 2007, uma grande inovação foi a criação do Estágio de Preparação para Comandantes de Subunidade e Pelotão (EPCOSUPEL) como parte da preparação do 8º contingente.

Ramires (2017) aborda ainda que a preparação e treinamento focou na instrução de tiro, na utilização do terreno e nas regras de engajamento, além dos módulos de treinamentos padronizados pelas Nações Unidas - *Standardized Generic Training Module* (SGTM). Além disso, o Centro participou de instruções de preparo e foi o responsável pela montagem do Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP) da Companhia de Engenharia de Força de Paz.

Ainda em 2007 foi criado o “Estágio de Preparação para Missões de Paz (EPMP), tendo como público-alvo os militares que desempenhariam missão de Observador Militar ou oficial de Estado-maior. Entre 2007 e 2009, iniciou-se a inserção do segmento civil nos estágios, por meio do Estágio para Jornalistas e Assessores de Imprensa em Áreas de Conflito (EPJAIAC), do Curso Integrado de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (CIDDR) e do Curso de Salvaguarda e Segurança na Abordagem dos Trabalhos em Campo (SSAFE), bem como por intermédio de simpósios, seminários, workshops e palestras em institutos e instituições de ensino de nível superior e internacionais (RAMIRES, 2017).

A partir de 2008, a Companhia de Engenharia passou a ser submetida a toda preparação realizada pelo Batalhão Haiti. No mesmo ano, o Centro recebeu seu primeiro aluno estrangeiro e o primeiro aluno da Polícia Militar. Com isso, o C I Op Paz passava a cumprir, na íntegra, a missão estabelecida na Portaria de criação da unidade: “apoiar a preparação e o treinamento de militares (MB, EB, FAB), policiais e civis brasileiros e de nações amigas para as missões de paz e de desminagem humanitária”. Ainda em 2008, o C I O Paz ganhou projeção no cenário internacional ao realizar, em parceria com o *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO), o *Senior Mission Leadership Course* (SML), para 24 Oficiais- Gerais, policiais e civis

de vários países, candidatos a líderes sêniores de missões de paz. Ademais, o COTER designou o CI Op Paz para conduzir, de forma presencial, o preparo de todos os policiais brasileiros designados para operações de paz.

Essa projeção internacional e a grande amplitude do C I O Paz fez nascer uma necessidade de expansão física para uma melhor preparação e treinamento de militares, policiais e civis na atuação em Operações de Paz.

A quarta fase da evolução da arquitetura de treinamento das tropas brasileiras inicia-se em 15 de junho de 2010, quando a Portaria nº 952 do Ministro da Defesa designa o CI Op Paz para a preparação de militares e civis brasileiros e de nações amigas a serem enviados em missões de paz e desminagem humanitária e altera sua denominação para Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

5.2. O PAPEL DO CCOPAB NA PREPARAÇÃO DOS CONTINGENTES BRASILEIROS PARA A MINUSTAH

O CCOPAB já possui mais de 10 anos de criação e conta atualmente com o efetivo de cerca de 200 militares, distribuído pelas três Forças Singulares de maneira proporcional à participação de cada uma nas operações de paz, desde 1947. Ademais, coopera com o CCOPAB, em caráter permanente, militares da Argentina, do Chile e da França, além da presença constante de instrutores e alunos de diversas outras nações amigas para atividades pontuais. Grande parte do seu efetivo profissional é capacitado para o exercício das funções de instrutor de cursos internacionais sobre operações de paz (RAMIRES, 2017).

O CCOPAB conduz hoje, de maneira regular, os seguintes estágios e exercícios:

a. No módulo “Tropa”:

- Estágio de Preparação para Comandantes de Organização Militar e Estado-Maior para Missões de Paz (EPCOEM);
- Estágio de Tradutores e Intérpretes Militares (ETIMIL);
- Estágio de Preparação para Comandantes de Subunidade e de Pelotão para Missões de Paz (EPCOSUPEL);
- Estágio de Logística de Reembolso em Operações de Paz (ELROP);
- Estágio de Proteção de Civis (EPC);
- Estágio de Coordenação Civil-Militar (CIMIC);
- Exercício Básico de Operações de Paz (EBOP), e

- Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP).

Todos os estágios de tropa estão sendo adaptados ao módulo *United Nations Peacekeeping Capabilities Readiness System* (UNPCRS), visando atender às futuras demandas de participação do Brasil em operações de paz.

b. No módulo “Indivíduos”:

- Estágio de Preparação para Missões de Paz (EPMP);
- Estágio para Jornalistas e Assessores de Imprensa em Áreas de Conflito (EPJAIAC);
- Estágio de Preparação de Civis para Atuação em Ambientes Instáveis (EPCAAI);
- Estágio de Segurança e Salvaguarda em Ambientes Hostis (SSAFE), e
- Estágio de Preparação para Entrevista de Candidatos ao DPKO (EPEC-DPKO).

c. No módulo Desminagem:

- Estágio de Ação Contra-Minas, em substituição ao Estágio de Desminagem Humanitária, que foi realizado até o primeiro semestre de 2017.

Desde a entrada do Brasil na MINUSTAH, o CCOPAB, através do seu embrião (C I Op Paz), assimilou a nova maneira na qual a ONU passava a adotar em Operações de Paz, através do capítulo VII de sua carta, com a autorização do uso da força letal em defesa própria ou de terceiros.

A partir do quarto contingente brasileiro, o C I Op Paz estava pronto e adaptado com as novas Regras de Engajamento para a missão em Porto Príncipe e a criação do EPCOEM e do EPCOSUPEL, assim como o EBOP e o EAOP, reforçaram a importância dada aos novos padrões de desempenho exigidos para o cumprimento do mandato da MINUSTAH.

Até 2007, a equipe de instrutores do C I Op Paz se deslocava para a sede do próximo contingente a se deslocar para o Haiti afim de transmitir os conhecimentos necessários para a missão. Já a partir do oitavo contingente, o EPCOEM e o EPCOSUPEL passaram a ser fixos na sede do Centro, na Vila Militar, Rio de Janeiro. Apenas o EAOP era realizado na sede do contingente designado para a missão.

A instrução de tiro sofreu uma grande evolução após o retorno dos primeiros contingentes brasileiros. O combate às gangues armadas trouxe diversas adaptações para os próximos contingentes. O C I Op Paz adaptou as técnicas para o Combate à Localidade, com módulos de tiro de ação reflexa voltados ao ambiente urbano (CAVALCANTI, 2017).

O EAOP foi criado em 2006, com observadores militares na equipe de instrução recém egressos da MINUSTAH, dos primeiros contingentes brasileiros. Esses observadores atuavam como Observador, Controlador e Avaliador (OCA). O EAOP era a última fase de treinamento, com todo o contingente no terreno sendo avaliado com situações similares às que logo enfrentariam no Haiti e dessa forma finalizando o preparo, o adestramento e a eficiência operacional da tropa.

A partir de 2007, o C I Op Paz convidava novos atores para auxiliar no preparo da tropa brasileira. Um exemplo singular foi a presença de representantes de ONGs que participaram da MINUSTAH no C I Op Paz afim de dar palestras no Estágio de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) em Operações de Paz. O objetivo dessa inserção de palestras do componente civil era familiarizar os militares que seriam empregados no Haiti com o *modus operandi* de diferentes agências civis.

O preparo dos contingentes sempre foi intimamente ligado à situação vivida no Haiti. Um exemplo disso foi a mudança de fase na missão, onde o componente policial passou a ser o primeiro elemento nos eventos de segurança no Haiti. Até então, o componente militar era o mais solicitado, devido ao alto grau de violência das gangues armadas. Assim, o preparo do C I Op Paz adaptou a preparação dos contingentes de acordo com a mudança nas Regras de Engajamento, com a inserção de instruções como Operações de Controle de Distúrbios Civis (OCD) e armamento e munição menos letal. As operações de OBA, de Cerco e Vasculhamento e *Check Points* passaram a ser integradas com o componente policial da MINUSTAH e a Polícia Nacional do Haiti (PNH).

Nessa etapa, o EPCOEM, o EPCOSUPEL e o estágio de CIMIC passaram a ser fixos no C I Op Paz com a dinâmica de replicação de conhecimentos para a tropa por parte dos instruendos. Dessa maneira, a informação chegava ao soldado mais moderno através de seu comandante de pelotão, subunidade, ou mesmo de batalhão. Essa técnica foi bastante eficaz, pois o contingente brasileiro era composto por militares integrantes de várias Organizações Militares espalhadas dentro de um mesmo Comando Militar de Área já citado anteriormente.

Nesse momento, as instruções já ministradas pelo C I Op Paz geraram Notas de Instrução e um Programa Padrão experimental de Força de Paz (PP Batalhão de Infantaria de Força de Paz) (CAVALCANTI, 2017).

A ONU certificou o EAOP aplicado pelo C I Op Paz em 2009 para o BRABAT e para a BRAENGCOY. Esse reconhecimento internacional trouxe ainda mais

credibilidade na preparação e adestramento das tropas brasileiras para a MINUSTAH.

O terremoto de 12 de janeiro de 2010 foi um fato que afetou sensivelmente as atividades de preparo da tropa. Houve a necessidade do envio emergencial de mais um BRABAT, que se consolidou até o fim da missão.

Nesse sentido, o treinamento fornecido pelo CCOPAB ganhou um novo escopo, abarcando atividades com o viés militar, mas também atividades ligadas à Cooperação Civil Militar como suporte de Ajuda Humanitária. Assim, a participação do Brasil na MINUSTAH contribuiu de sobremaneira para a Doutrina Militar Terrestre.

6. AS CONTRIBUIÇÕES DA MINUSTAH À DOCTRINA MILITAR TERRESTRE

A MINUSTAH fez com que todas as tarefas operacionais realizadas pela tropa brasileira e que são previstas no manual de Operações de Paz do Ministério da Defesa fossem aplicadas em maior ou menor número. Essas tarefas são as mesmas executadas em Operações da Força Terrestre em GLO. Assim como na GLO, em uma Operação de Paz existem bases legais distintas a ser seguida, como a legislação da ONU. De maneira similar à MINUSTAH, a Força Terrestre tem atuado com bastante constância em áreas urbanas. Silva (2020) elenca que a atuação em ambiente urbano exige das tropas um planejamento complexo, emprego de manobras ofensivas e principalmente letalidade do armamento.

Brasil (2019) relata que a doutrina é um dos sete fatores para a geração de novas capacidades, fatores esses determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: Doutrina, Organização (e/ou processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura – que formam o acrônimo DOAMEPI (BRASIL, 2019).

Todos os fatores componentes do DOAMEPI evoluíram com a inserção do Brasil na MINUSTAH. O adestramento foi constantemente alterado face às mudanças no ambiente operacional dessa missão, onde o componente militar pouco a pouco reduziu sua preponderância, dando mais espaço aos componentes policial e civil. O material também se adequou ao ambiente haitiano. O calor e a radiação solar intensos exigiram materiais mais leves e que protegessem o militar. Além disso, o armamento utilizado em ambiente urbano sofreu modificações, pois os militares atuaram em vielas e becos, onde por vezes o armamento de cano longo não era o ideal. Granadas e o

armamento menos letal foram inseridos face à nova Regra de Engajamento da MINUSTAH. A educação perpassa o aprendizado do idioma *creolle*, falado no Haiti, mas incluía aspectos psicossociais como cultura local dentre outros. O fator pessoal também evoluiu com a MINUSTAH. O soldado brasileiro era referência face aos outros militares participantes da missão, com seu jeito peculiar de lidar com a população local e seu prestígio. A infraestrutura para a missão de paz no Haiti cresceu a cada ano, desde o início da MINUSTAH. A criação do C I Op Paz e posteriormente o CCOPAB foi o grande legado dessa missão.

6.1 A DOCTRINA DE OPERAÇÃO DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO)

A doutrina de operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) se aperfeiçoou consideravelmente durante os 13 anos do Brasil na MINUSTAH. Brasil (2018) conceitua esse tipo de operação como qualquer operação militar conduzida pelas Forças Armadas, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tenha por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição¹² ou em outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem. Nesse sentido, esse pedido deve ser formalizado, pelos governadores dos Estados ou do Distrito Federal, ao Presidente da República ou ainda, em situações pontuais, onde a coerção estatal deva assumir proporções extremas. As Forças Armadas poderão atuar na ordem interna, em situações pontuais, mesmo em situações de normalidade institucional (GARCIA, 2009).

A participação brasileira nas operações de paz também demonstrou a necessidade de adequação da doutrina, de modo a preparar a tropa para atuar em combate urbano, em situação de guerra e não guerra, uma vez que as forças de operações de paz atuam com imparcialidade, visando o cumprimento do mandato.

¹² Art 144: A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - Polícia federal;

II - Polícia rodoviária federal;

III - Polícia ferroviária federal;

IV - Polícias Civis;

V - Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

VI - Polícias Penais Federal, Estaduais e Distrital.

Nesse tipo de atuação, não existem inimigos, e sim atores do conflito. No entanto, sem negligenciar a hipótese de que a situação possa evoluir e, em consequência, haja a necessidade de entrar em combate, o planejador leva em consideração os princípios orientadores das operações militares, como forma de nortear o planejamento das ações (BRASIL, 2013).

Assim, segundo Miranda (2017, p. 57), as lições aprendidas (dentre elas a interação civil-militar, operação em ambiente urbano e recinto confinado) durante a MINUSTAH estão reunidas no CCOPAB, em notas de instrução, na experiência de seus instrutores e monitores como subsídios úteis para outras missões de paz ou para operações de GLO.

Mendonça (2017, p. 60) elenca que a pacificação do Haiti e seus aspectos ligados à área judicial, criminal e de direitos humanos, dentro do uso adequado da força, trouxeram importantes ensinamentos que aperfeiçoaram a forma de atuação do EB, inclusive em ações de GLO, afirmando que a pacificação do Haiti mudou a conduta em ações urbanas do EB.

6.2 A DOCTRINA DE OPERAÇÃO DE COORDENAÇÃO CIVIL-MILITAR (CIMIC)

As demandas da MINUSTAH face à atuação conjunta dos componentes militar, policial e civil, além do grande viés para a Ajuda Humanitária a partir de 2010, fizeram com que o CCOPAB criasse o Estágio de CIMIC para cobrir a lacuna da falta de uma doutrina brasileira e treinamento específico. Apesar de não se caracterizar como uma capacidade orgânica das unidades do EB, a Coordenação Civil-Militar é encarada como uma das capacidades previstas na composição das unidades desdobradas no Haiti. Ainda, a base teórica do estágio de CIMIC é fundamentada nos *Specialized Training Materials* (STM, na sigla em inglês) para a coordenação civil-militar das Nações Unidas, cujo foco é apresentar diretrizes gerais, princípios e dinâmicas do UN-CIMIC nos níveis operacional e tático (VALDETARO, 2017).

O Departamento de Operações de Paz da ONU (DPO, na sigla em inglês), não especifica como os países contribuintes de tropa devem conduzir suas responsabilidades enquanto participa de uma missão de paz. Isso significa que raramente as diretrizes oficiais da ONU, assim como os STM, especificam como e quais TTP devem ser empregadas nas operações (NAÇÕES UNIDAS, 2014).

Nesse espectro, o CCOPAB adotou uma abordagem dupla para mitigar essa questão:

- no início, adicionou ao currículo do Estágio as TTP básicas para a condução das atividades CIMIC, como negociação, interação com a mídia, utilização de intérpretes, entre outras; e

- em seguida, as experiências obtidas empiricamente no Haiti foram incluídas no programa escolar por meio de palestras, de lições aprendidas, trocas de experiência e estudos de caso.

O CCOPAB também adotou a estratégia de aproximação com os principais Centros especializados em CIMIC, tais como:

- o próprio *DPO*;
- o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (*UN OCHA*, na sigla em inglês);
- o Centro de Excelência para Cooperação Civil-Militar da OTAN (*CCOE*, na sigla em inglês), entre outros

O manual de campanha EB70-MC-10.221 Cooperação Civil-Militar só foi aprovado no fim da MINUSTAH, em 2017, com o objetivo de apresentar a doutrina do EB para o emprego das ações de Cooperação Civil-Militar nas operações militares. O manual é bem completo quanto à amplitude da operação, o ambiente operacional e a natureza da tropa. Ademais, ele orienta o dimensionamento e a adequação dos princípios, das estruturas e das funcionalidades.

Fruto da experiência de CIMIC brasileira iniciada na MINUSTAH e da participação atual de tropas brasileiras na Operação Acolhida, de Ajuda Humanitária, foi aprovado em 2021 o manual EB70-MC-10.251 Assuntos Civis, afirmando a contribuição da MINUSTAH para a criação e o aperfeiçoamento desse tipo de doutrina.

6.3 DOCTRINA DE PRONTIDÃO PARA PROJEÇÃO DE FORÇA

A MINUSTAH contribuiu não só como emprego da DMT atual, mas também para seu aperfeiçoamento nas diversas funções de combate (movimento e manobra, fogos, proteção, comando e controle, inteligência e logística).

Segundo a DMT, as missões de paz representam uma forma de projeção de poder, pois se desenvolvem por meio da participação militar no exterior, em situações

que possibilitem a projeção internacional ao país, provenientes de acordos externos, apoiando interesses nacionais relacionados com a manutenção da paz internacional (BRASIL, 2019).

Brasil (2019) também afirma que a projeção de poder “é a capacidade de empregar o poder militar em um determinado lugar fora do território nacional, com oportunidade, para levar a efeito uma operação militar em defesa dos interesses nacionais”.

A participação brasileira em operações de paz da ONU é enquadrada como uma Política de Estado e está legitimada em documentos oficiais como a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa. Isso insere o Brasil na dinâmica de segurança coletiva da ONU e projetou o país para alcançar novamente uma vaga no Conselho de Segurança da ONU para 2022 e 2023. O Brasil necessita de uma Certificação da ONU para enviar tropas para operações de paz. Nesse sentido, em outubro de 2021 o país conseguiu a Certificação Nível 2 do Sistema de Prontidão das Capacidades de Manutenção da Paz à tropa do CMS. A inspeção da ONU foi realizada em unidades do Exército Brasileiro localizadas em Cascavel-PR e São Gabriel-RS. A ONU certificou um Batalhão de Infantaria Mecanizado e uma Companhia de Engenharia. Esse resultado confirma a projeção de força do Brasil no cenário internacional.

A organização das tropas para emprego fora do território nacional, com vistas à projeção de força implica na criação de uma força expedicionária sustentável, para durar na ação por um período prolongado. A operação, geralmente, tem um caráter conjunto e frequentemente ocorre em um ambiente multinacional (combinado) sob a responsabilidade de um comandante operacional (BRASIL, 2019).

O fato do *Force Commander* ser um oficial general brasileiro durante todo o período da MINUSTAH incrementaram a capacidade das tropas brasileiras de durar na ação por um período prolongado. O caráter de operações conjuntas foi mantido, assim como o ambiente combinado ao considerar o emprego junto às nações amigas.

Devido ao caráter conjunto-combinado das missões de paz, existe uma necessidade de padronizações e de adestramentos com as demais forças singulares e com as nações amigas. Nesse caso, deve ser dedicada atenção especial às funções de combate comando e controle (C²) e logística, às TTP e à doutrina.

Nesse sentido, ressalta-se o desempenho brasileiro no Haiti após a passagem do furacão *Mathew* em 2016. Três dias antes do furacão tocar o solo haitiano, foram

iniciados os preparativos para a proteção das bases e ao mesmo tempo, a preparação dos meios a serem desdobrados para o local que seria mais atingido. Um dia antes da catástrofe, as tropas brasileiras já estavam em posição para prestar apoio à população local. Essas unidades (BRABAT e BRAENGCOY) possuíam uma grande capacidade de comando e controle e material suficiente para se manter naquela localização remota do Haiti por mais de 2 semanas sem qualquer apoio logístico.

Assim sendo, a MINUSTAH contribuiu para a projeção da Força Terrestre no cenário internacional, fortalecendo o protagonismo do Brasil no sistema ONU e na comunidade internacional.

6.4 DOCTRINA DE MECANIZAÇÃO DA INFANTARIA MOTORIZADA E MODERNIZAÇÃO DA CAVALARIA MECANIZADA

Porto Príncipe possuía características peculiares: uma área densamente urbanizada. Essa localidade se constituiu em um verdadeiro laboratório para experimentação doutrinária de emprego de tropa em ambiente urbano.

O BRABAT possuía algumas peculiaridades em sua organização, com o intuito de se adaptar ao ambiente e cumprir sua missão com eficácia e eficiência.

Segundo Peixoto (2009), o Batalhão de Infantaria de Força de Paz possuía uma constituição diferenciada dos demais batalhões brasileiros em função de seu emprego operacional específico em ambiente urbano, com foco em manutenção da paz. Dessa forma, foi composto por quatro subunidades operacionais e uma subunidade de apoio administrativo, além do efetivo da Marinha do Brasil. Das quatro subunidades operacionais, três eram da arma de Infantaria, denominadas companhias de fuzileiros de força de paz (Cia Fuz F Paz), e uma foi da arma de Cavalaria, denominada Esquadrão de Fuzileiros Mecanizado de Força de Paz (Esqd Fuz Mec F Paz).

A rotina das frações da Cavalaria no ambiente operacional haitiano apresentou características distintas da doutrina convencional, bem como diferenciações quanto à dotação de seus meios. Com isso, foi notório o peculiar emprego do Esqd Fuz Mec, o que propiciou oportunidades para o aperfeiçoamento e estudo do planejamento e da utilização de blindados em operações urbanas, como a necessidade de proteção blindada para a tripulação (motorista, atirador e chefe).

Foto 2 – Batalhão de Infantaria de Força de Paz na MINUSTAH



Fonte: Site do Exército Brasileiro

Dentro do sistema de planejamento do EB, estudos e análises posteriores indicaram a oportunidade de organizar em projetos indutores do processo de transformação da Força, com a criação do Escritório de Projetos do Exército e a estruturação de sete projetos estratégicos, dentre os quais pode-se ressaltar o Projeto Guarani (PERI, 2013).

A viatura Guarani confere à nova família de blindados sobre rodas uma maior mobilidade, além de mais capacidade operacional e dissuasória para a Força Terrestre. O Projeto Guarani tem por propósito transformar as Unidades de Infantaria Motorizada em Unidades de Infantaria Mecanizada e ainda modernizar as Unidades de Cavalaria Mecanizada até 2040. Além disso, o EB equipado com Guarani tem uma maior projeção internacional, equipado com blindados modernos para atuar em novas missões de paz. A primeira viatura desenvolvida foi a viatura blindada de transporte de pessoal - média sobre rodas 6x6 Guarani (VBTP-MR, 6x6, Guarani), possibilitando a substituição das VBTP Urutu (utilizadas pelo Brasil na MINUSTAH), fabricadas pela ENGESA e em uso há mais de 40 anos.

O emprego pelas tropas brasileiras da VBTP Urutu na *MINUSTAH*, com toda a limitação causada pela idade das viaturas e pela falta de tecnologias mais avançadas incorporadas, demonstrou a importância da viatura blindada em operações desenvolvidas em áreas humanizadas.

Ademais, as viaturas Guaranis estão em grande parte com o sistema REMAX (Reparo para Metralhadora Automatizado), que é uma estação de armas remotamente controlada giro-estabilizada para metralhadoras 12,7 mm e 7,62 mm, desenvolvida em parceria da empresa ARES com o Centro Tecnológico do Exército.

Entretanto, constitui-se apenas parte da versatilidade que será oferecida pelos novos meios. A mecanização da infantaria motorizada e a modernização da cavalaria mecanizada deverão resultar em um novo tipo de tropa capaz de atuar em operações ofensivas, defensivas, de pacificação e de apoio a órgãos governamentais, simultânea ou sucessivamente, em situações de guerra e de não guerra, e com elevada capacidade para emprego em operações conjuntas e interagências (DEFESANET, 2015).

7. CONCLUSÃO

A participação da Força Terrestre Brasileira em missões de paz proporciona a evolução da DMT através de diversos enfoques. Primeiramente, a possibilidade de intercâmbio com outros exércitos de nações amigas permite a aquisição de novas capacidades para a tropa brasileira. Além disso, a participação em uma operação de paz possibilita novos aprendizados e novas experiências para o militar brasileiro, ensinamentos que muitas não são ensinados nos bancos escolares ou nos manuais.

Muitos militares, ao retornarem dos contingentes brasileiros na MINUSTAH, principalmente os que ocuparam funções de comando, perceberam a necessidade de mudança na DMT, trazendo com eles as oportunidades de melhoria verificadas. O ambiente no Haiti se tornou cada vez mais volátil, ambíguo, complexo e incerto. Nesse sentido houve a necessidade de uma melhor preparação brasileira face às novas ameaças que se encontravam.

Ademais, vários militares brasileiros que participaram da MINUSTAH contribuíram com a comunidade acadêmica após seus retornos, produzindo um vasto material de apoio que serviram de base para futuros contingentes e assim contribuindo para a evolução da DMT.

Cabe ressaltar que as mudanças na DMT só são possíveis quando a doutrina é testada na prática, mesmo que em situações de não guerra. Nesse sentido a participação de tropas brasileiras em missões de paz são de extrema relevância, pois permitem colocar em prática as TTP e, assim, colher ensinamentos e melhores práticas para a retroalimentação e para o aperfeiçoamento do sistema de doutrina.

Uma das contribuições para a DMT foi a importância da tropa mecanizada no combate urbano, promovendo a proteção blindada para a tropa de infantaria, bem como a importância de se desenvolver uma doutrina de interação civil-militar que

alcance todos os níveis hierárquicos. As TTP utilizadas na MINUSTAH serviram de subsídios para as Op GLO no Brasil, em especial na cidade do Rio de Janeiro, como a atuação no Morro do Alemão, na Comunidade da Maré, entre outras. Além disso, foi possível perceber a importância das missões de paz como meio de projeção de poder perante a comunidade internacional ao demonstrar o nível de preparo dos recursos humanos brasileiros, materializada recentemente pela Certificação Nível 2 do Sistema de Prontidão das Capacidades de Manutenção da Paz concedida pela ONU ao Brasil. Tal fato, associado à recente conquista do Brasil de uma vaga no Conselho de Segurança da ONU fortalecem a Doutrina de Prontidão para a Projeção de Força.

Em novembro de 2017, após o fim da MINUSTAH, o Brasil foi convidado oficialmente pela ONU para participar da Missão Multidimensional das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana, com cerca de 750 militares. A ONU concedeu um prazo de 1 mês para a resposta brasileira, que após duas prorrogações desse prazo, respondeu que não mandaria tropas, mas se colocou à disposição da ONU para futuras missões.

Por fim, a atuação do EB em missões de paz, ao mobilizar todos os aspectos do DOAMEPI, proporciona a multiplicação do poder de combate em prol das capacidades necessárias à defesa da Pátria.

REFERÊNCIAS

_____. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**, 2020, Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso .pdf>. Acesso em 25 fev. 2021.

ABDNUR, A. et al. O Brasil e a MINUSTAH: lições a partir da literatura acadêmica. **Instituto Igarapé**, Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, Edição Especial – Coletânea de artigos, Rio de Janeiro, p. 101-112, out. 2017. Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/phocadownload/revista-igarape/minustah/Participao%20do%20Brasil%20na%20MINUSTA-2004-2017-BR.pdf>> Acesso em 24 fev. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 23 fev. 2021

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. EB20-MF-10.102: **Doutrina Militar Terrestre**. 2. ed, Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. EB70-MC-10.223: **Operações**. 5.ed, Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. EB70-MC-10.242: **Operação de Garantia da Lei e da Ordem**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. MD34-M-02: **Manual de Operações de Paz**. Brasília, DF, 2013.

CCOPAB. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. Criação do Centro. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-occopab/criacao-do-centro>. Acesso em: 1º fev. 2021.

CEPIK, M.; KUELE, G. Inteligência em Operações de Paz da ONU: Déficit Estratégico, Reformas Institucionais e Desafios Operacionais. **Revista Dados**, v.59, n.4, p. 963-993, 2016.

DEFESANET. **Projeto Guarani – Dez Anos**. Defesanet, 2015. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/guarani/noticia/20565/Projeto-Guarani-%E2%80%93-Dez-Anos/>. Acesso em: 5 jun. 2021.

DEFESANET. **O Projeto Guarani e suas contribuições para o Processo de Transformação do Exército**. Defesanet, 2015. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/guarani/noticia/19668/O-Projeto-Guarani-e-suas-contribuicoes-para-o-Processo-de-Transformacao-do-Exercito/>>. Acesso em: 05 de agosto de 2021.

ERIC, A. S. **Training for Success: Intelligence Training in Support of Humanitarian Assistance Operations**, 2016.

GARCIA, Emerson. **As Forças Armadas e a Garantia da Lei e da Ordem**. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n.13 – jan./jun. 2009

GERALDO, A. F. et al. **A contribuição das missões de paz para a Doutrina Militar Terrestre**. Doutrina Militar Terrestre em revista. Brasília, DF, 2020.

FONTOURA, P. R. C. T. (1999). O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas. Brasília: FUNAG.

MENDONÇA, Marcos Venício. Brasil no Haiti, um caso de sucesso: uma análise da missão brasileira no Haiti. A participação do Brasil na MINUSTAH (2004 – 2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Edição Especial. Coletânea de artigos. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil e Instituto Igarapé. Rio de Janeiro, out. 2017.

MERGULHÃO, G. S. As contribuições estratégicas, para o Brasil, do emprego do Exército Brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti. Rio de Janeiro, 2018.

MIRANDA, André Luís Novaes. A pacificação de Bel Air. A participação do Brasil na MINUSTAH (2004 – 2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Edição Especial. Coletânea de artigos. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil e Instituto Igarapé. Rio de Janeiro, 2017.

NAÇÕES UNIDAS. United Nations Civil-Military Coordination Specialized Training Materials (UN-CIMIC STM). Integrated Training Service, Division of Policy, Evaluation and Training, Department of Peacekeeping Operations & Department of Field Support. 2014.

NOVAES, A. A pacificação de Bel Air. **Instituto Igarapé**, Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, Edição Especial – Coletânea de artigos, Rio de Janeiro, p. 51-56, out. 2017. Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/phocadownload/revista-igarape-minustah/Participao%20do%20Brasil%20na%20MINUSTA-2004-2017-BR.pdf>> Acesso em 25 fev. 2021.

NUNES, José Ricardo Vendramin. **Treinamento para o Batalhão brasileiro desdobrado na MINUSTAH: a consolidação de um modelo**. Rio de Janeiro, 2014.

PEIXOTO, Ricardo Augusto Amaral. Planejamento e Características do Emprego de Blindados na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Military Review. jul – ago, 2009: p.p. 54-64.

PERI. Enzo Martins. **O Exército Brasileiro e seu processo de transformação**. Editora Justiça & Cidadania, 2013. Disponível em: <https://www.editorajc.com.br/o-exercito-brasileiro-e-seu-processo-de-transformacao/>. Acesso em: 1º jun. 2020.

RAMIRES, C.; HAMANN, E. A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. **Instituto Igarapé**, Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, Edição Especial – Coletânea de artigos, Rio de Janeiro, p. 1-2, out. 2017. Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/phocadownload/revista-igarape-minustah/Participao%20do%20Brasil%20na%20MINUSTA-2004-2017-BR.pdf>> Acesso em 25 fev. 2021.

SILVA, Luiz Guilherme de Oliveira e. **As contribuições da atuação de tropas internacionais em combates urbanos contemporâneos para a evolução da doutrina militar terrestre brasileira em combates urbanos, em situação de guerra**. Coleção História Militar. UNISUL. Santa Catarina, 2020.

TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires. **O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil: história e perspectivas pós-MINUSTAH**. In: HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (Orgs.). A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, p.p. 25-35, 2017.

VALDETARO, J. M. D. L. **O Apoio de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) em Combate: uma proposta**. Trabalho apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2017.